



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



**ESTUDO DAS FONTES DE RECURSOS E DESPESAS POR
CATEGORIAS ECONÔMICAS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS
BRASILEIRAS**

Claudia M^a de Freitas – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Kita_mg@yahoo.com

Grasiely Andreza Cachoeira Felix

grasielycf@yahoo.com.br

Pedro Antônio de Melo - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

pedromelo@inpeau.com.br

Valter Saurin - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

vasaurin@yahoo.com

RESUMO

Este estudo teve como objetivo identificar as principais fontes de recursos das universidades Federais do Brasil, bem como conhecer as despesas por categorias econômicas. Para tanto foram utilizadas informações relativas às fontes de financiamento destas instituições, que se referem basicamente a recursos governamentais, de convênios e próprios. Também, foram considerados os itens que representam as despesas com pessoal e encargos sociais, custeio e capital. As universidades estudadas foram escolhidas tendo como base o relatório de gestão referente ao exercício de 2004 em seus endereços eletrônicos. Após uma análise das fontes de recursos no período de 2004, pode-se concluir que essas universidades são financiadas essencialmente por recursos governamentais onde a média percentual é de



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



88,02% e em relação às despesas, em média 82,86% dos recursos obtidos são destinados ao pagamento de pessoal e encargos sociais. Finalmente, pôde-se perceber que 81,17% dos recursos governamentais são diretamente gastos com pessoal e encargos sociais.

Palavras-Chave: educação, universidade, financiamento.

INTRODUÇÃO

As fontes de financiamento das universidades federais brasileiras vêm sendo debatidas exaustivamente em função de restrições orçamentárias impostas pelos sucessivos governos. As instituições de ensino superior públicas vêm apresentando dificuldades para manter suas atividades, resultando em uma série de greves reivindicando mais recursos para que possam cumprir sua missão. Frequentemente são discutidas as possibilidades de busca por alternativas diferenciadas de financiamento como a cobrança de taxas e anuidades.

As estratégias de financiamento, ou seja, as origens dos recursos e os procedimentos para a sua distribuição, repercutem no funcionamento das instituições de ensino superior.

Uma instituição de ensino superior pode ser definida como “um organismo social vivo, cujo desempenho se constituiu num processo dinâmico e complexo, dependente de múltiplos fatores sócio-político-culturais, em interação com seus elementos estruturais e conjunturais” (LUCK, 1996, p. 155).



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



Conforme Freitas 2002, as Instituições Federais de Ensino Superior são vinculadas ao Ministério da Educação (MEC), e obedecem ao princípio de indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, conforme o artigo 207, da Constituição Federal de 1988. Elas são regidas pela legislação federal de ensino superior, pelos seus Estatutos (aprovados pelo Conselho Universitário e publicados em Portaria Ministerial), pelos Regimentos Gerais e por Resoluções emanadas de seus Conselhos Superiores.

Referente ao mesmo autor, a maioria das Universidades Federais, especialmente as criadas na década de 60, organiza-se sob a forma de autarquia de regime especial, o que significa fazer parte da administração pública, portanto sendo submetida às legislações que regem as demais organizações públicas federais. A estrutura formal dessas Universidades consta nos seus estatutos regimentos, nos quais estão descritos os níveis de autoridades e responsabilidades dos diversos órgãos e departamentos que as compõem. Constam nos seus organogramas, em geral, três níveis hierárquicos: i) Administração Superior; ii) Órgãos Suplementares e Auxiliares e, iii) Unidades Acadêmicas.

No Brasil, o financiamento do ensino superior caracteriza-se, pelas Instituições de Ensino Superior Públicas (federais, estaduais e municipais) que dependem fundamentalmente da assistência do poder público (subsídios), via orçamento, para a sua manutenção. Neste tipo de instituição despesas como pessoal e encargos sociais absorvem em média 80 a 90% dos recursos orçamentários (MEYER, 1991).

O financiamento das IFES representa um ponto importante na discussão da vida nacional e é fundamental para definir o perfil dessas



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



instituições: seja de um escolão de terceiro grau, apenas formador de profissionais para o mercado, seja de uma instituição que ensina, aprimora o conhecimento humano pela investigação científica e interage com a sociedade, procurando solucionar os problemas que a afligem.

De acordo com Amaral 2003, a questão do financiamento das instituições federais de ensino superior passa, portanto, pelo Fundo Público Federal (FPF), constituído de recursos oriundos da sociedade e colocados à disposição do governo federal para implementar as políticas públicas da União. O FPF brasileiro é constituído de recursos financeiros oriundos de: 1- pagamento de impostos, taxas e contribuições; 2- utilização do patrimônio; 3- realização de serviços; - incluindo aí os financeiros; 4- atividades agropecuárias e industriais; 5- transferência entre governos; 6- operações de créditos; 7- alienação de bens; 8- amortização de empréstimos, como multas e juros de mora; e 9- recursos advindos das privatizações. Os recursos de FPF são separados em receitas correntes e receitas de capital.

Conforme o mesmo autor, o volume de recursos é estabelecido pelo Governo Federal a aprovado pelo Congresso Nacional, sem nenhuma consulta sobre as reais necessidades das instituições. O MEC determina, separadamente, o volume de recursos para o pagamento de pessoal e para manutenção e investimentos.

Na Constituição Federal - CF de 1988 estabelece em seu artigo 212, os recursos mínimos das esferas: federal, estadual e municipal para o financiamento da educação brasileira: "A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente da transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino”.

Citado pelo mesmo autor, em 1994 a vinculação estabelecida na Constituição foi alterada, diminuindo os valores que deveriam ser gastos em educação. Os recursos do FPF, obrigatoriamente vinculados à educação, sofreram uma redução, com a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Emenda Constitucional de Revisão nº 1/94.

Os recursos do FPF financiadores das atividades das IFES são divididos entre aqueles diretamente arrecadados, chamados recursos próprios, provenientes de convênios/contratos com organismos públicos e/ou privados, e os oriundos das outras fontes, como impostos, taxas, contribuições etc., denominados recursos do Tesouro Nacional. Os recursos próprios provêm de prestação de serviços pelas diversas unidades da instituição, prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS) pelos hospitais universitários (HU's), taxas internas, aluguéis, doações, receitas resultantes de aplicações no mercado financeiro etc.

A separação entre recursos próprios e recursos do Tesouro Nacional tem o objetivo de deixar bem claro quais são os recursos conseguidos diretamente pela própria instituição, por meio de suas ações na sociedade – recursos próprios e convênios/contratos, e quais os recebidos por ela diretamente da arrecadação de tributos, chamados recursos do Tesouro. Conforme se depreende deste quadro pode-se perceber que as instituições de ensino superior convivem com sérias limitações financeiras dependendo, essencialmente, de uma só fonte de receita: o Governo ou os alunos.



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



O Objetivo deste trabalho é analisar as fontes de recursos e as despesas por categorias econômicas das universidades federais brasileiras no exercício financeiro de 2004, de forma agregada, derivando os seguintes objetivos específicos: caracterizar as instituições federais de ensino superior; analisar as médias das fontes de recursos (receitas governamentais, convênios e próprias) alocadas às universidades federais; analisar as médias das despesas (pessoal e encargos sociais, custeio e capital), realizadas nas universidades federais e identificar a participação das despesas por categorias econômicas em relação aos recursos governamentais.

METODOLOGIA

Os dados desta pesquisa foram coletados de fontes primária e secundária. Os dados primários foram levantados do Relatório de Gestão divulgado no endereço eletrônico de cada universidade.

A escolha das universidades teve um critério básico: serem públicas federais e terem o relatório de gestão do exercício de 2004 no endereço eletrônico. Assim, foram selecionadas as seguintes instituições: Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Alagoas, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal do Acre, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal Fluminense e Universidade Nacional de Brasília.

Os dados secundários foram obtidos através de livros, sites e documentos.



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



Os dados do estudo foram todos transformados em médias percentuais para facilitar as análises e interpretação dos resultados.

RESULTADO DO ESTUDO

Este estudo analisa as fontes de recursos e as despesas por categorias econômicas das universidades Federais brasileiras com o objetivo de identificar a forma de financiamento, para isto utiliza para o estudo os Relatórios de Gestão das universidades estudadas.

As despesas foram classificadas em despesas de pessoal e encargos sociais, custeio e capital. Com relação às receitas, foram separadas por fontes de recursos, ou seja, recursos governamentais, convênios, e recursos próprios.

A seguir estão as tabelas e gráficos com uma análise específica respondendo cada objetivo.

Cursos	Alunos	Docentes	Técnicos Administrativos
166,86	19.432,36	1.665,71	3.004,57

Tabela 1 – Caracterização das universidades federais brasileiras

Fonte: Adaptado pelos autores

Nesse estudo considerou-se como curso todos aqueles oferecidos pelas universidades federais brasileiras que estejam incluídos na graduação, pós-graduação stricto sensu e lato sensu. No que se refere ao número de alunos das universidades inclui-se todos que estão matriculados nos cursos já mencionados.



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



Os docentes seguem a mesma consideração dos alunos, são todos aqueles que têm vínculo com a universidade independente do número de horas cumpridas. O número de técnico-administrativos considerado é o mesmo divulgado por cada instituição. Vale ressaltar que as quantidades divulgadas no estudo são em médias aritméticas simples.

Pode-se perceber que a média de cursos das universidades federais brasileiras é de 166,86. O número de alunos em média é 19.432,36. O número de docentes é de 1.665,71 e os técnico-administrativos são em média 3.004,57.

2.2 Análise das médias percentuais das fontes de recursos

Receitas Governamentais	Convênios	Próprias	Total
88,02%	7,41%	4,57%	100%

Tabela 2 - Fontes de recursos – 2004

Fonte: Adaptado pelos autores

As médias percentuais das fontes de recursos das universidades federais brasileiras são apresentadas na tabela 2, podendo ser visualizado no gráfico1 abaixo.

V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005

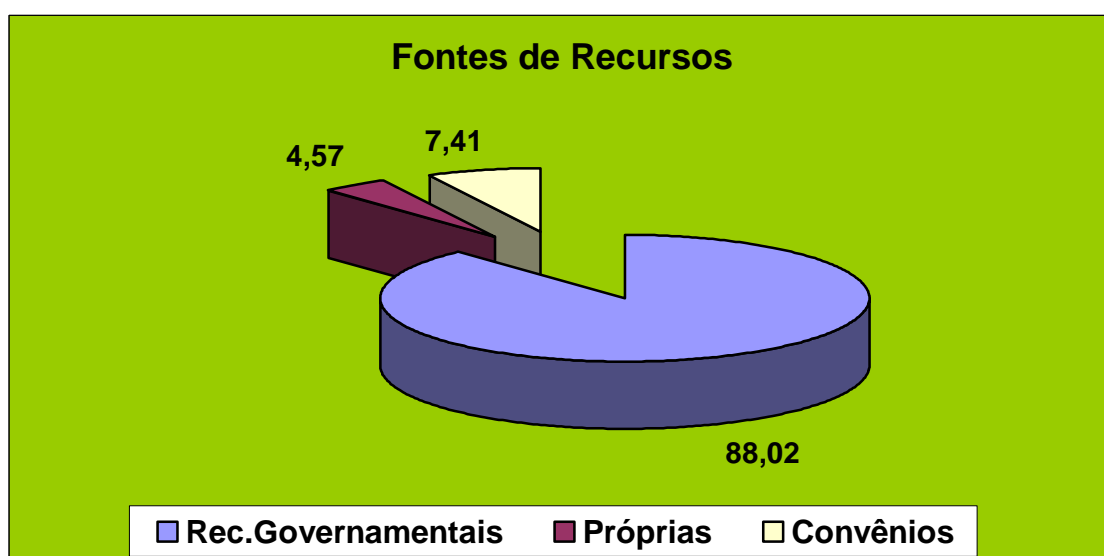


Gráfico 1 - Fontes de Recursos das universidades federais brasileiras

Fonte: Elaboração própria

Nas universidades federais as fontes de recursos estão classificadas em: receitas governamentais, convênios e próprias. As receitas governamentais são provenientes da União. Constatou-se que a média dessas receitas corresponde a 88,02% do total recebido pelas universidades federais brasileiras no exercício de 2004.

Os Convênios das universidades federais podem ser de caráter federal, estadual ou municipal, e nesse estudo eles serão classificados apenas como convênios. Cada universidade procura o maior número possível de convênios, pois é uma forma legal de complementar a receita. Constatou-se que essa fonte é a segunda maior em todas as universidades federais. Percebe-se que a média da receita com convênios corresponde a 7,41% do total das fontes de recursos.



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



A terceira fonte relevante para as universidades federais é a receita própria. Essa receita deriva da necessidade das universidades em complementar os recursos para manter-se. Existem várias formas de a universidade captar recursos, dentre elas estão: as taxas, aluguéis, arrendamentos, dentre outros. Nesse estudo, constatou-se que em média 4,57% do total das fontes de recursos das universidades federais provêm das receitas próprias.

Análise das médias percentuais das despesas por categorias econômicas

Pessoal e Encargos Sociais	Custeio	Capital	Total
82,86%	15,30%	1,84%	100%

Tabela 3: Despesas por categorias econômicas – 2004

Fonte: Adaptado pelos autores

As médias percentuais das despesas por categorias econômicas das universidades federais brasileiras são apresentadas na tabela 3, e no gráfico 2 pode-se visualizar mais claramente os percentuais.

V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005

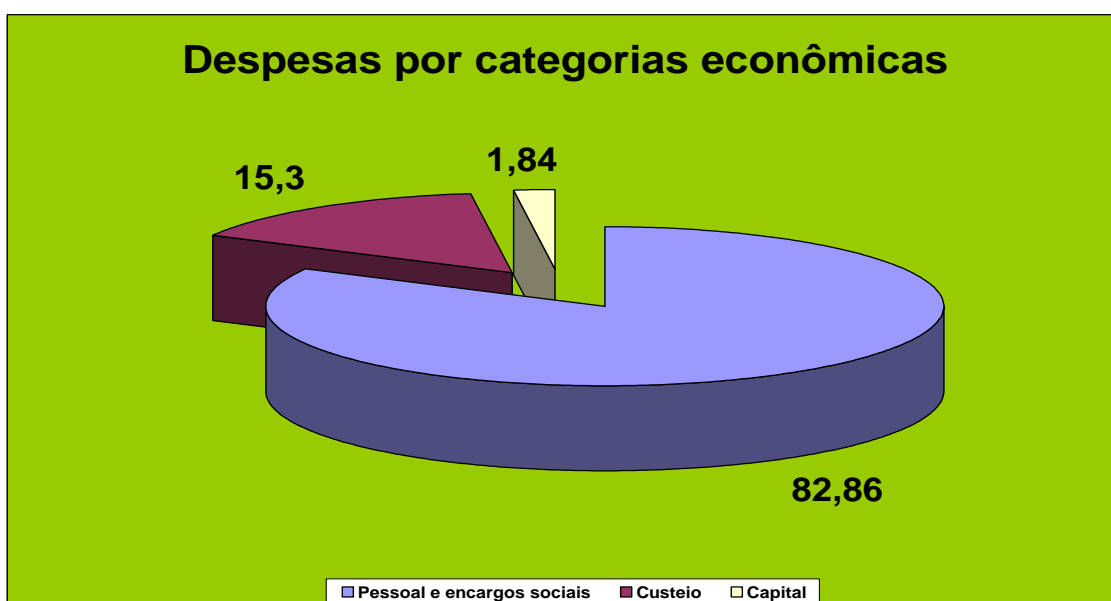


Gráfico 2 – Despesas por categorias econômicas das universidades federais brasileiras

Fonte: Elaboração Própria

As universidades Federais brasileiras pela complexa estrutura exigida, e pelo tamanho possuem inúmeras despesas. Nesse trabalho, analisam-se as despesas com pessoal e encargos sociais que correspondem ao pagamento dos servidores docentes e técnico-administrativos tanto ativos quanto inativos. Custeio, que se refere à manutenção da universidade, e capital, que corresponde a investimentos destinados a novas instalações e novos equipamentos.

A despesa mais relevante na totalidade das universidades federais brasileiras é pessoal e encargos sociais. Essa despesa equivale à média de 82,86%. Pode-se perceber que em todas as universidades estudadas essa despesa é a mais significativa.



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



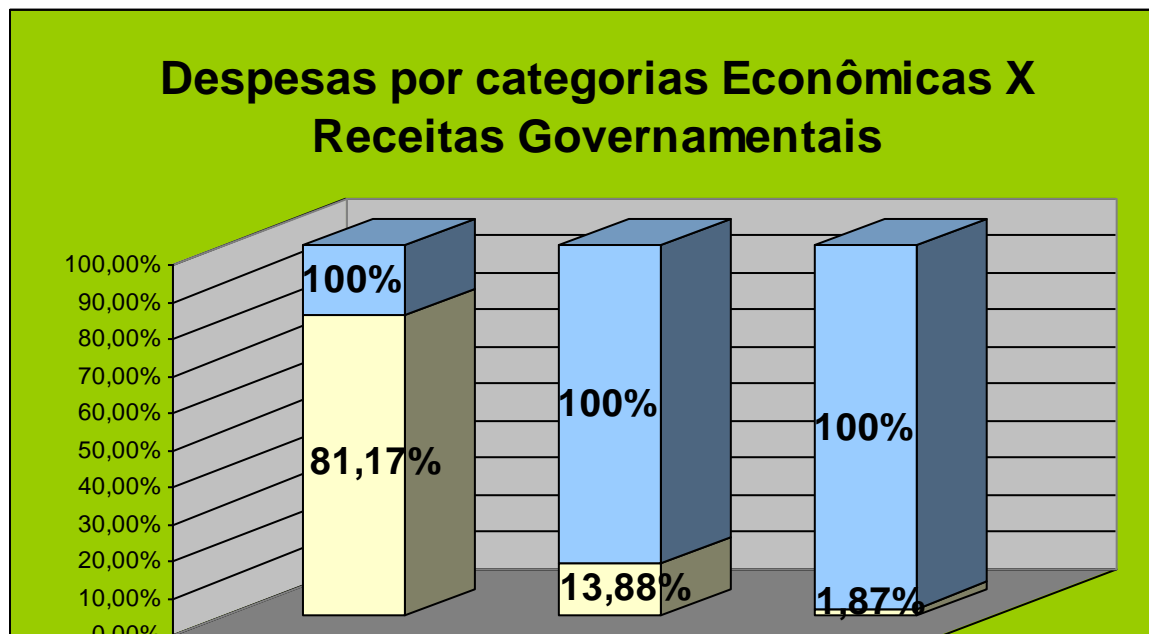
A segunda maior despesa é custeio, ou seja, a manutenção da universidade. Contudo, constatou-se que em média 15,30% do total das despesas vai para a manutenção da universidade.

O item capital aparece em terceiro lugar com uma média de 1,84%. Verifica-se que o investimento em novas instalações e compra de novos equipamentos nas universidades federais brasileiras no exercício de 2004 é muito baixo.

Participação média das despesas por categorias econômicas em relação aos recursos governamentais

Com o objetivo de verificar a participação média das despesas por categorias econômicas em relação às receitas governamentais nas universidades federais brasileiras, fez-se uma média do quanto cada despesas estudada representa no total dos recursos governamentais.

O gráfico 3 abaixo ilustra a média percentual facilitando a visualização dos resultados obtidos.





V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



Gráfico 3 - Despesas por categorias econômicas em relação aos recursos governamentais

Fonte: Elaboração própria

Pode-se perceber que a participação média das despesas por categorias econômicas em relação às receitas governamentais nas universidades federais brasileiras é muito acentuada na despesa pessoal e encargos pessoais. Em média 81,17% das receitas governamentais é destinada ao pagamento de pessoal e encargos sociais. Ou seja, as universidades têm menos de 20% dos recursos governamentais para se manter. Por isso, elas necessitam fazer grandes esforços para captar recursos tanto públicos quanto privados para manter pelo menos as atividades prioritárias.

A despesa custeio, ou seja, a manutenção das universidades recebe em média 13,88% dos recursos governamentais. Estudos indicam que a maioria das universidades precisam recorrer a outras fontes, ou seja, recursos de convênios e próprios para completar a lacuna deixada pelo governo para manter as universidades, e mesmo assim muitas não conseguem pagar em dia suas contas básicas como: luz, água, telefone e limpeza.



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



A média dos recursos governamentais destinada a novas instalações e novos equipamentos é de 1,87%. Vale ressaltar que este estudo considera apenas o exercício de 2004, entretanto, os relatórios históricos demonstram que tem sido uma constante a baixa média de recursos destinados ao investimento de novas instalações e novos equipamentos para as universidades federais brasileiras. Muitas universidades utilizam dos recursos próprios para investimento em capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo ficou constatado que as universidades federais do Brasil são financiadas essencialmente por recursos do governo federal, por isso percebe-se que há uma forte dependência das universidades por recursos governamentais. Contudo, a média das receitas governamentais nas universidades federais estudadas é de 88,02%.

A segunda maior fonte de recurso das universidades federais é referente aos convênios. Em média 7,41% dos recursos obtidos pelas universidades provem dos convênios com organismos federais, estaduais e municipais. A última receita estudada foi os recursos próprios. Ficou constatado que em média 4,57% dos recursos obtidos vêm do esforço das universidades de complementar o orçamento da União.

Com relação às despesas estudadas é possível constatar que a maior despesa das universidades federais brasileiras é com pessoal e encargos sociais. A média foi de 82,86% no exercício de 2004. A despesa com pessoal sofre influência do contexto histórico, pois em função de tratar-se de serviço



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



público, as despesas com pessoal tendem a crescer, e dificilmente pode-se reduzir o número de servidores, em função de sua estabilidade. Além disso, as aposentadorias e pensões que representam mais de 1/3 do total das despesas de pessoal são pagas com os mesmos recursos federais destinados ao pagamento do pessoal ativo.

Outra despesa estudada é a de custeio, ou seja, na manutenção das universidades ficou evidenciada que em média 15,30% das despesas é para manter a instituição. Com relação a despesa capital, essa teve a menor média, sendo 1,84%. Ficando evidente o baixo investimento nas universidades federais em novas instalações e novos equipamentos.

Outro fato verificado é que em média 81,17% dos recursos governamentais destinados às universidades federais brasileiras são utilizados para o pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, sendo que o restante dos recursos é destinado à manutenção e investimento nas universidades.

Conclui-se que as universidades públicas brasileiras carecem de uma política de financiamento que atenda as demandas exigidas pelo ensino a pesquisa e a extensão e principalmente necessitam de recursos para expansão de suas atividades em níveis regionais e nacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Nelson Cardoso. Financiamento da Educação Superior: Estado X Mercado. São Paulo: Cortez; Piracicaba, SP: Editora UNIMEP, 2003.

CERVO; Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



FREITAS, Iêda Maria Araújo Chaves. **Configurações estratégicas em Universidades Federais brasileiras**. Tese (Programa de Pós - Graduação em Engenharia de Produção de Florianópolis, 2002).

Fundação Universidade Federal de São Carlos: **Relatório de gestão de 2004**. Disponível em: <http://www.ufscar.br/home/index.php>. Acessado em 06/09/2005.

Fundação Universidade Federal do Rio Grande: **Relatório de gestão de 2004**. Disponível em: <http://www.furg.br/>. Acessado em 06/09/2005.

LÜCK, H. Gestão Educacional: estratégia para a ação global e coletiva no ensino. In: **Educação: Caminhos e perspectivas**. Curitiba: Champagnat, 1996. p. 153-166.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de Marketing: metodologia, Planejamento**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MEYER Jr. Victor. **Financiamento do ensino superior no Brasil: reflexão sobre fontes alternativas de recursos**. Edição do Instituto Politécnico de Bragança, Portugal, 1991.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Sistema Federal de Ensino Superior**. Disponível em <http://www.mec.org.br>. Acessado em 12/08/2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA: **Relatório de gestão de 2004**. Disponível em: <http://www.ufpb.br/>. Acessado em 02/09/2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS: **Relatório de gestão de 2004**. Disponível em: <http://www.ufal.br/ufal>. Acessado em 28/03/2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Relatório anual de 2004**. Disponível em: www.ufmg.br/proplan/relatorio_anual_2002/numeros.htm. Acessado em 09/03/2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO: **Relatório de gestão de 2004**. Disponível em: <http://www.ufpe.br/>. Acessado em 02/09/2005.



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE: **Relatório de gestão de 2004**. Disponível em: <http://www.ufs.br/>. Acessado em 02/09/2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. **Relatório de Gestão 2004**. Disponível em: www.ufac.br. Acessado em 28/08/2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ: **Relatório de gestão de 2004**. Disponível em: <http://www.ufc.br/>. Acessado em 02/09/2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO: **Relatório de gestão de 2004**. Disponível em: <http://www.unb.br/portal/>. Acessado em 06/09/2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: **Relatório de gestão de 2004**. Disponível em: <http://www.ufrj.br/>. Acessado em 06/09/2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL: **Relatório de gestão de 2004**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/>. Acessado em 06/09/2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE: **Relatório de gestão de 2004**. Disponível em: <http://www.uff.br/>. Acessado em 06/09/2005.

UNIVERSIDADE NACIONAL DE BRASÍLIA: **Relatório de gestão de 2004**. Disponível em: <http://www.unb.br/portal/>. Acessado em 06/09/2005.